

REALIZAÇÃO

bookbrasil.com.br

Copyright © 2003,

Todos os direitos reservados ao Autor (a).
Proibida a reprodução do conteúdo na sua
íntegra ou em partes deste livro em qualquer
meio de comunicação, eletrônico ou impresso,
sem autorização escrita do mesmo.

**“NAÇÕES
E ETNIAS DO ORIENTE-PRÓXIMO
NAS ESTRATÉGIAS DE ISRAEL:
PENSAMENTO E PRÁXIS
(1967-1982)”.**

Uma Proposta de Estudo a Empreender.

INÁCIO MENECHÉ NIGRI.

- 2002 -

ÍNDICE

I – Apresentação.....	p. 03
II – Introdução.....	p. 09
III – Definição da Problemática: Tema, Discussão Historiográfica.....	p. 11
IV – A Guerra de Junho de 1967.....	p. 18
V – Jordânia e Israel Pós-67: Karame e Setembro Negro.....	p. 20
VI – O Oriente Próximo Pós-67.....	p. 20
VII – A Invasão do Líbano em 1982.....	p. 22
VIII – Algumas Considerações Relevantes.....	p. 23
IX – A Título de Reflexão Teórica.....	p. 25
X – Proposições a Pesquisar.....	p. 33
XI – Breves Considerações Finais.....	p. 34
XII – Anexos – Mapas.....	p. 36

I – Apresentação¹

Uma proposição de abordagem do conflito árabe-judeu, como a enunciada no título acima, requer alguns esclarecimentos preliminares, objetivando dar conhecimento de uma terminologia básica que estará presente ao longo deste trabalho. Os termos de referência não seguem a ordem alfabética, ficando assim facilitada a exposição das palavras-chave conforme sua importância expressa na composição do tema-gerador. Elas (as palavras-chave) seguem, portanto, uma lógica seqüencial mais pertinente à natureza da problemática propriamente abordada.

Não é demasiado advertirmos para a natureza inconclusa dos significados percorridos abaixo, devido à ausência de um consenso definitivo que trate, na Contemporaneidade, dos fenômenos históricos, nacionais, étnicos, confessionais e de classe. Nem é propósito deste trabalho esgotar tal debate, antes que se consume a fase consistente em recorrermos às fontes primárias para nelas haurirmos o conhecimento pretendido. A história enquanto realidade a estudar, deverá apontar para os rumos de uma compreensividade maior, à medida em que o permitam, as realizações da pesquisa teórica e o trabalho de campo.

Nação – a idéia secularizada de nação é, com a sua práxis, um dos legados europeus transferidos para o Oriente Médio no século XIX, seja através da penetração franco-britânica no contexto da dominação imperial turco-otomana, ou dos fluxos migratórios organizados pelo movimento nacional judeu sionista moderno, a partir da Rússia czarista, na direção da Palestina, uma das províncias daquele império de então. Para a sua compreensão, a conceituação ocidental de nação torna-se necessária, mesmo quando sua unanimidade não esteja ainda assegurada, conforme já foi advertido nas linhas acima. Na visão de Benedict Anderson², a

“nação é imaginada como limitada porque até mesmo a maior delas, que abarca um bilhão de seres humanos, possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além

¹ O presente texto é originário da dissertação de mestrado do Autor, *La Géopolitique d'Israël et les Politiques Intérieures des Pays Arabes: 1967-1982*, defendida em 1987 na Universidade de Paris, Sorbonne, Paris IV. E dela derivou o conjunto de reflexões acolhidas sob a forma de projeto de Tese de Doutorado, ainda em 1998, no Departamento de História Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). A atualidade da temática contida nessas reflexões justifica a apresentação desse trabalho tomando em conta a gravidade dos acontecimentos que tem lugar no Oriente Médio nesse início de terceiro milênio.

² ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional.*, Ed. Ática, S.P., 1989. p. 14-15.

das quais encontram-se outras nações. Nenhuma nação se imagina coextensiva com a humanidade. Nem os nacionalistas mais messiânicos sonham com um dia em que todos os membros da raça humana se juntem a sua nação... como... os cristãos (que) sonhassem com um planeta inteiramente cristão”.

O Autor percebe, na soberania pós-absolutista que a Revolução Francesa e o Iluminismo consagraram com a derrocada do Antigo Regime em 1789, o suporte dissimulador da desigualdade e da exploração quando constata a disposição ao sacrifício, de milhões em prol de “imaginações tão limitadas”³.

Neste sentido, a territorialidade, a soberania propriamente dita, o passado histórico-cultural e a língua comum, supostamente transcendem as disparidades sociais internas e contribuem para formular uma definição de nação. Mas dificilmente equacionam esses dilemas, além de não eludirem a ressurgência de antigas questões identitárias de outras formações minoritárias, seculares ou religiosas. Tais elementos emergem na vida dos grandes impérios, notadamente na última metade do século XIX, quando então se intensificam, concomitantemente com a penetração do colonialismo na China e do capitalismo no império russo. E concorrem, no caso do império russo, para o processo de abolição do trabalho servil, e para a subsequente desestabilização de suas antigas estruturas sociais.

As questões “nacionais” candentes na Comunidade dos Estados Independentes (antiga URSS) contextualizam e prosseguem – num salto histórico projetivo e breve – as antigas e graves contradições econômicas e sociopolíticas que deram origem, por sua natureza excludente, aos fluxos migratórios das comunidades judias ao longo dos séculos XIX, XX e XXI, nos rumos da América do Norte, da Europa ocidental e do que é hoje o atual estado de Israel.

Grande como no exemplo evocado por Anderson para a China, ou pequena como no caso do estado judeu, a nação moderna espacializa a sua inserção na abrangência do Extremo Oriente, da Ásia Central e da Europa, bem como no turbulento subconjunto geopolítico do Oriente Médio, tradicional ponto de passagem entre o Extremo Oriente e a Europa já referidos.

³ Idem. p. 16.

Mais do que a conceituação esboçada nas linhas acima, merecem nossa atenção, primeiro, a caracterização da nacionalidade israelense enquanto resultante de um amplo espectro de procedências continentais; e segundo, a efetiva tendência centrífuga de seus segmentos formadores internos, à medida em que, renovadamente, persistem os fluxos migratórios de seus cidadãos para as áreas diversas do mundo, numa prospectiva que até certo ponto preserva, mas também questiona, os referenciais valorativos identitários nacionais, distintamente amalgamados no discurso milenarista e na práxis laicizada de seus membros.

Etnia – Para Norberto Bobbio⁴,

“etnia é um grupo social cuja identidade se define pela comunidade de língua, cultura, tradições, monumentos históricos e território. Esta palavra parece ter sido usada pela primeira vez em 1896, no livro ‘Les Selections Sociales’, de Vacher de Lapouge. É sinônima de outras expressões como ‘comunidade étnica e lingüística’, ‘nacionalidade espontânea’, ‘nacionalidade sem Estado’, e outras mais... Observe-se que não fizemos uso da raça como critério fundamental da definição de Etnia. Este conceito... não tem fundamento científico... (...) Examinados assim, os critérios que permitem definir a Etnia, é mister distinguí-la da Nação. A observação dos caracteres étnicos põe em evidência como eles definem grupos que são diferentes dos grupos nacionais... onde estão instalados, por exemplo, (*junto aos*) franceses, os bretões, os bascos, os alsacianos, ... e há Etnias que se acham divididas por fronteiras de vários estados, como (*os já aludidos*) bascos, e os catalães, que ocupam territórios pertencentes ao Estado espanhol e o francês. Mas não existem estados cujos confins coincidam com os de um grupo Étnico”.

Aplicado ao contexto do Oriente Próximo (OP), onde o conflito árabe-israelense é percebido também como de caráter nacional e/ou religioso, o conceito e a realidade de uma dada etnia articulam-se com tais aspectos. Num plano civilizatório mais amplo, onde o papel do discurso religioso não é o único a pontificar, a própria nacionalidade, conquanto impregnada de elementos teológicos, é entendida como especificamente secular. Ambos os litigantes, o judeu e o islâmico, internamente divididos face à confrontação maior com o “Outro”, reivindicam a integralidade sacralizada, ou não,

⁴ BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política* Ed. UnB, Brasília, D.F., 1983. p.449-450.

do mesmo solo da Palestina, seja pelo discurso do povo judeu em luta pela construção de um estado secular, seja pelo Povo Eleito, protegido e comandado pelo Deus de Israel para a redenção de sua Terra Prometida. Ou a ser retomada, a mesma Palestina, na guerra de libertação nacional de seu povo árabe-palestino, ou a ser redimida pelo povo do Islã. O que neste caso implica a coesão da “UMMA”, comunidade (também “nação”) islâmica em si, vis-à-vis o secularismo nacional árabe, o ocidental e o sionista judeu moderno (sem exclusão do religioso judaico acima citado).

A etnia não é até aqui percebida, a não ser como um elemento integrador na missão predestinada e determinante maior de reconquista da Palestina, e nela a já conhecida Jerusalém, terceiro lugar sagrado depois de Meca e Medina, para mais de um bilhão de muçulmanos existentes no planeta. São numerosas as formações étnicas do mundo árabe-islâmico (druzos, kurdos, etc...). Por sua vez, as formações comunitárias judias orientais, majoritariamente instaladas em terras do Islã até antes da criação do estado de Israel, vivem hoje parcialmente inseridas na nacionalidade israelense, de conformidade com as suas leis, e a partir da implementação da “Lei do Retorno”, criada para os judeus do mundo após o estabelecimento do estado hebreu.

Enquanto estabelecidas antes na “diáspora”, que categoria define tais comunidades? A de etnia? E, uma vez chegadas a Israel, até que ponto a nova nacionalidade adquirida não terá colidido – numa estratificação social complexificada e segregadora – com as realidades sociais e identidades culturais dos judeus “ashkenazitas” de língua “Yidish” procedentes da Europa central e oriental?

Assim, consideradas as inúmeras formações sociais minoritárias constitutivas dos estados árabes modernos, ambos os lados, árabe e judeu, distintamente rivalizam no plano interno de seus respectivos países quanto aos níveis de identificação e essência com os projetos de estado nacional. Para os segmentos “heterodoxos” de cada lado, a afirmação de uma especificidade identitária assume características de reivindicações unitárias ou, se quisermos, “nacionalitárias”, quando o destaque minoritário, em realidade, prevalece mais ou menos fortemente. O que só em parte se soma à contribuição conceitual de Bobbio enunciada nas linhas acima, uma vez que não responde à questão seguinte: como não atribuímos o nome de etnia às formações comunitárias judias orientais cujos legados culturais e lingüísticos diferem entre si no tempo e no espaço – história e geografia

compreendidas – antes da criação do estado nacional judeu? Quanto aos judeus de cultura “Yiddish”, a mesma questão é pertinente levantar. Resta-nos pensar, no que diz respeito aos exemplos de muçulmanos e judeus, onde termina a etnia, onde começa a nação?

Um outro plano, aparentemente menos priorizado pela literatura histórica e política consultadas, é o de classe sociais, que perpassa as distintas formações nacionais e étnicas, com intensidade de níveis de conflito que variam de uma sociedade civil (como a israelense) a outra (como a libanesa), que são palco de lutas étnicas, religiosas (confessionais), nacionais e internacionais (onde se confrontam os interesses externos com os regionais do OP), como os ocorridos entre 1974 e 1991 no Líbano, por exemplo.

Na conjuntura, a “etnização” do conflito palestino-israelense, hoje extensiva à parte árabe de Jerusalém Oriental, expressa no controle sobre a permanência de seus residentes pela atual política de ocupação israelense, em larga medida, traduz alguns níveis de conflito de classe social: desde o envolvimento da guerra sobre as formações nacionais e étnicas no seio de cada povo, até as alianças entre o estado judeu e os grupos étnicos de distintas confissões religiosas, tal como ocorre no sul do Líbano desde antes de 1978.

Ressalte-se a periodização de 1967–1982 como marco histórico acirrador dos exemplos citados neste trabalho. Diante dessa paisagem, no plano teórico, resta-nos o desafio de preencher uma lacuna de conceituação capaz de dar conta de formações e situações sociais heterogêneas e díspares onde as classes sociais estão por merecer um discernimento mais acurado por parte dos estudiosos do conflito árabe-judeu.

Confissão – Por seu lado, a idéia e a práxis de confessionalismo podem ser compreendidas como a contraface do discurso agregador árabe e judaico (nacional e secular) referido nas linhas acima, enquanto prevaleçam os enfrentamentos entre grupos integristas⁵ e um dado sistema de poder nacional e estatal; de onde não raro se fazem presentes as formações étnicas. Tal foi o caso dos massacres em 1980-81, dos muçulmanos integristas sírios pelo regime alauita de Hafez-El-Assad, então o presidente do país desde 1970.

As sublevações, cujas causas residiram nos protestos contra a política recessiva imposta através dos planos estatais – vis-à-vis os interesses desses segmentos específicos da sociedade civil – revelaram as divergências existentes entre o governo da Síria e alguns dos

⁵ O termo integrista designa, no Islã, o excessivo rigor religioso.

seus opositores internos. O radicalismo de que se reivindicava, por seu lado, a elite política síria, não se dissocia da realidade interna étnica de sua classe dirigente, nem das rivalidades externas com alguns estados da Região.

A inclusão dos aspectos de natureza confessional onde os cidadãos sírios, portadores da identidade islâmica, protagonizam eventos que o conceito de etnia, por si só, mostra-se insuficiente para explicar, referencia a relevância do tema a tratar, e ressalta a insuficiência de esclarecimentos concludentes sobre o termo acima citado para o contexto médio-oriental.

“Considerando os elementos nos quais se articula a expressão ‘confissão religiosa’ (‘conjunto de pessoas ligadas por um certo interesse ou ideal comum... um todo unitário que opera no seio da sociedade’), aparece claro que a coletividade que ela postula deve ser distinta, quer na sociedade religiosa, quer na simples associação”.⁶

Não esgota a temática constatarmos outros exemplos de confessionalidade nos maronitas, cristãos libaneses que perderam a sua hegemonia após a guerra civil de 1974 – 1991. Os maronitas estavam subdivididos em três grandes clãs ao longo de sua tumultuada história pela governabilidade do Líbano, desde sua independência obtida de facto em 1943. Seu envolvimento, expresso nas alianças com os interesses de estado israelense, amplifica a práxis dessa confissão atuante, em seu tempo, junto ao aparato de estado nacional no País do Cedro. O que subentende o necessário aprofundamento da questão na retrospectiva atual.

Estratégia – “A origem da palavra ‘estratégia’ é ‘strategus’, cujo significado do grego é ‘comandante de exército’. A Estratégia é, portanto, ‘o ofício do comandante’, ‘orientado para a conquista da vitória nos enfrentamentos da guerra’⁷. A estratégia implica o uso ou a ameaça do uso da força física, “para alcançar os objetivos indicados pela política”⁸, e tem na tática o seu meio de aplicação.

A difusão do termo ampliou-se a muitos setores da atividade humana, emprestando-lhes a dimensão dinamizadora de fins e meios a concatenar e concretizar, seja

⁶ BOBBIO, Noberto. *Dicionário de Política*. Ed. UnB, Brasília, D.F., 1983. p.223-224

⁷ HARKABI, *Yehoshafat. Milchamá Ve'estrateguia* (do hebraico, Guerra e Estratégia) – Exército de Defesa de Israel – Ed., “Batalhas” (do hebraico, Maarakhot), Ministério da Defesa (do hebraico, Misrad Habitachón), Tel-Aviv, 1990. p..333.

na produção industrial, nas ações comerciais de alcance variado, seja na escala macropolítica ou micro-social, tanto no âmbito das ciências humanas, como nos demais domínios do conhecimento teórico e da práxis.

No contexto do conflito árabe-israelense, o emprego do termo estratégia pelos governos e por chefias de estado-maior das forças armadas, ressalta a importância da fórmula clausewitziana, que faz da “guerra a continuação da política”. Seus desdobramentos entre os objetivos militares, geográficos e políticos, expressam as bases práticas onde se assenta a doutrina de segurança nacional israelense face ao mundo árabe-islâmico. Outras concepções doutrinárias erigem os objetivos estratégicos ao nível de valor supremo nos estados árabes. Os movimentos socioconfessionais, étnicos e nacionais em escala diferenciada, estabelecem os seus objetivos face aos demais segmentos estatais, hegemônicos ou não.

É nesse contexto que pretendemos desenvolver as reflexões onde as assim chamadas “minorias” dos estados árabes, além da formação nacional palestina, integram o eixo do drama inacabado do conflito secular entre árabes, israelenses e palestinos.

II - Introdução⁹

Na contemporaneidade do conflito árabe-palestino-israelense, compreendido entre a guerra de junho de 1967 e a invasão israelense do Líbano em 1982, constituem objeto de estudo, as correlações entre os segmentos da sociedade civil árabe e o seu sistema de poder nacional-estatal, enquanto fator atuante junto à perspectiva hegemônica de Israel sobre o OP.

As formações nacionais antigas e recentes, étnicas e/ou religiosas, seus movimentos sociopolíticos, bem como suas classes sociais – dominantes e/ou subalternas – distintamente estratificadas, integram a temática acima enunciada; em seu âmbito geográfico, político e econômico, ocorrem a impulsão e a retração do fluxo expansionista israelense entre uma e outra guerra, respectivamente.

Tais atores protagonizam dinâmicas de atuação até aqui insuficientemente estudadas, e expressas nas alianças e dissensões, conflitivas ou não, com o sistema de poder do estado hebreu. De tais processos, as causas, os modos de projeção e seus impactos

⁸ BOBBIO, Noberto. Idem, ibidem. p. 432.

convergentes sobre o subconjunto geopolítico supra-citado, remetem-nos às origens (no século XIX) da formação dos estados do Oriente Médio (no século XX).

Emergem, daí, plenificadas, as práxis teóricas e históricas das estratégias israelenses, doutrinariamente edificadas a partir da implantação do projeto sionista gestado pelo anti-semitismo europeu, e “levantinizado”¹⁰ na história da Palestina turco-otomana, mais tarde mandatária britânica de após- primeira grande guerra (1914-1918).

Por um lado, a periodização proposta se justifica ante a espacialização imposta pelo alastramento do Litígio no OP: Egito, Jordânia, Síria, Líbano e a formação social-nacional palestina gravitam em torno do estado hebreu¹¹, este último, o “ausente’-onipresente” da história regional contemporânea.

Por outro lado, a delimitação precisa do subconjunto (OP), direciona a nossa atenção para a região do OM (subconjunto maior) no seu todo, tanto devido à sua necessária re-visão histórica, geopolítica e estratégica, como pelas decorrências do fato de serem Israel, os estados árabes limítrofes e suas minorias étnicas, além do movimento nacional palestino (MNP), partes integrantes de um todo inseparável, de onde cada qual, enquanto entidade, emerge com os respectivos interesses reiterados nos discursos identitários, nacionais, confessionais e de classe.

“Não sendo, de fato, um grupamento homogêneo (política, econômica e culturalmente), os países do mundo árabe, os países não-árabes (Turquia, Chipre, Irã, Israel) e os países do Chifre da África (Somália, Djibuti e Etiópia), compõem o OM distintamente aos (sub) conjuntos vizinhos da Europa ocidental, a Europa do leste, a antiga URSS, o subcontinente indiano, e a África Negra. Com 70% das reservas mundiais de petróleo, essa região é vital para a economia internacional. No plano geoestratégico¹², ela é um ponto

⁹ Compete esclarecer que a apresentação inicial da temática comportará aspectos historiográficos, teóricos e metodológicos que serão tratados em continuidade nas partes específicas a ela consagradas.

¹⁰ Levante é a antiga denominação européia atribuída ao Oriente Médio (OM).

¹¹ A utilização do termo “hebreu” designa antiga denominação bíblica dos judeus habitantes das margens (em hebraico, “EVER”) do rio Jordão. Ela tanto abrange (hoje) os cidadãos religiosos quanto os laicos, principais (no caso dos últimos) fundadores do estado que lhes dá (e também recebe) o mesmo nome. O termo, até certo ponto, nivela os cidadãos de formação secular, distintamente comprometidos com o nacionalismo judeu moderno (sionismo). Em alguns casos, ressalta o sionismo ultra-radical dos grupos de direita nacionalista.

¹² O termo referente à geoestratégia implica em configurações geográficas que constituem o palco de disputa entre duas ou mais entidades estatais (noutros casos, movimentos de envergadura sociopolítica) face a uma determinada conjuntura

de passagem na confluência das grandes vias terrestres e marítimas, sendo geograficamente, um ponto vital de encontro entre a Europa, Ásia e África. São vários os pontos estratégicos capitais: os estreitos de Gibraltar e do Bósforo, o canal de Suez e os estreitos de Ormuz e de Bab-El-Mandeb (Aden). O OP é, também, o berço histórico da civilização ocidental, e a encruzilhada das três grandes religiões monoteístas: o judaísmo, o cristianismo e o islamismo.”¹³

No contexto do OM, tanto avultam os recursos hídricos e a problemática de seu controle em função dos projetos de desenvolvimento nacional-estatais, quanto a explosiva questão do petróleo. Ambos os fatores referenciam a luta hegemônica travada entre os seus estados, dirigidos alguns, por minorias étnicas tornadas classe dominante, e povos sem estado, engajados na conquista histórica de sua afirmação nacional e social.

Ao assumir a centralidade geopolítica e estratégica de tal processo na confluência mediterrânea do OP, Israel e, em seguida, seus vizinhos árabes formam um quadro peculiarizado pela paradoxal irrelevância entre a riqueza petrolífera de seu subsolo (vis-à-vis o vulto da produção petrolífera do golfo árabe-pérsico), e a importância das vias de acesso, marítimas e terrestres, aos continentes asiáticos, africano e europeu. O que só em parte explica a violenta luta entre seus contendores: israelenses, jordanos, palestinos, xiitas, maronitas, druzos e etc.

Na conjuntura, pontificam, portanto, as zonas de atrito cuja compreensão requer o desvendamento das superestruturas ideológicas atuantes face aos poderes locais e regionais do OP e do OM, respectivamente.

Mas a significância da secular história da formação social israelense na Região contextualiza o pensamento e a práxis estratégicos de seu sistema de poder, conforme será tratado nas linhas abaixo.

III - Definição da Problemática: Tema, Discussão Historiográfica

Assim, referenciando a tematização em curso, ganhou destaque na imprensa do mundo árabe, e na mídia especializada do Ocidente, um artigo redigido por Oded Yinon¹⁴

geopolítica. Assim, por exemplo, a região onde estão os postos petrolíferos do golfo árabe-pérsico, é um ponto geoestratégico de importância mundial.

¹³ LEMARCHAND, Philippe. Atlas Géopolitique du Moyen-Orient et du Monde Arabe. p. 15, Editions Complexe, France, 1994.

¹⁴ YINON, Oded. *Stratégie pour Israël dans les années 80*. publicado originariamente em hebraico na revista “Kivunim” (Orientações) n.º 14, fevereiro de 1982, da Organização Sionista Mundial, Jerusalém, Israel; e traduzida por SHAHAK,

(jornalista e antigo funcionário do ministério das relações exteriores israelense), publicado no período compreendido entre a retirada das colônias israelenses do Sinai (janeiro de 1982) e a guerra do Líbano (junho de 1982).

Yinon, em seu trabalho, preconiza a implantação da hegemonia de Israel sobre o OM, baseado no princípio da fragmentação de seus estados, seguida da criação de estados mini-tampões, mantidos nos marcos identitários de suas formações sócio-confessionais.

Ao caracterizar, na era nuclear e em escala planetária, um quadro de confrontação inelutável entre os EUA e a (então) URSS; ao objetivar a obtenção dos recursos primários e estratégicos, tendo em vista a sua finitude (petróleo, por exemplo); e ao vaticinar a luta de onde, fatalmente, resultaria um único vencedor, o Autor principaliza a posição de Israel ao lado do Ocidente face ao que considerava ser a ameaça iminente do mundo árabe a curto prazo, minorando, no entanto, tal ameaça em sua prospectiva histórica de longo prazo.

Vinculando a hegemonia hebraica ao processo de desmantelamento do mundo árabe, artificialmente criado, segundo ele, pelas potências ocidentais nos anos 20, em detrimento de seus “autóctones”, Yinon dá importância à recuperação das fontes de petróleo e de gás em Suez e no deserto de Sinai, riqueza que os acordos de Camp-David firmados com o Egito, impediram de manter e administrar.

A alegada inocuidade das políticas israelenses de integração dos palestinos após a guerra de 67, acrescida ao risco de o Egito se unir ao campo árabe com o apoio militar soviético; a atribuída fragilidade interna e externa da política norte-americana, incapaz, segundo o Autor, de assegurar um apoio a Israel no curto prazo fixado pelos acordos; e o argumento da frágil determinação de Israel em romper com o referido acordo, atacando o Egito pela “via direta”, tornaram, no conjunto, factível, a “via indireta”, o único elemento capaz, segundo o articulista, de conduzir ao objetivo estratégico de Israel, consistente em hegemonizar a sua presença sobre a Região a partir da década de 80; e de consumir a obtenção de sua segurança no concerto do mundo atual.

Para Yinon, o desenvolvimento lógico e inevitável dos processos de ruptura interna entre os distintos segmentos das sociedades árabes, retardado, no caso do Egito,

pelos acordos de paz de 1979, substituiria os governos centralizados vigentes pela formação de um certo número de estados mulçumanos e cristãos, fragilizados em consequência da crise econômica e da ausência de ajuda externa.

No Oriente-Próximo, a “via indireta” estaria ao alcance de Israel, à medida em que o estado hebreu exacerbasse as contradições interétnicas num processo conducente à formação dos mini-estados tampão, consumando, assim, parte de suas estratégias nacionais.

No Líbano e na Síria, os estados alauíta, xiita, sunita, cristão; outro estado druzo no Golã e ao norte da Jordânia; e a liquidação do regime da Jordânia mediante a transferência (“Transfer”) dos palestinos da Cisjordânia conquistada após a guerra de 67, viabilizariam o controle demográfico e econômico capaz de neutralizar os planos de autonomia e de partilha territorial propostos, à época, pela Organização para a Libertação da Palestina (OLP).

Assim, a “via indireta”, consubstanciada no princípio de “Dividir para Reinar”, ganharia expressão no apoio à desintegração das demais etnias do OM, sendo, ela, extensiva ao Iraque, à Arábia Saudita e aos demais países do Golfo.

Em tais condições, o reconhecimento, pelo mundo árabe, da dominação judia “desde o Jordão até o mar”, com “os árabes palestinos vivendo na Jordânia e os judeus na Cisjordânia” responde, segundo Yinon, à “necessidade vital”¹⁵, de Israel e de sua população judia à medida em que esta se estabeleça sobre os espaços da Galiléia e da Cisjordânia, aí completando o imperativo estratégico da frente interna. O que, por sua vez, objetivaria o reequilíbrio demográfico e econômico do País judeu.

A combinação da estratégia exterior – hegemonzando a permanência de Israel sobre um mundo árabe atomizado por suas intermitentes divisões internas – com a estratégia interna, logrando o equilíbrio demográfico e econômico acima referidos, torna-se exequível, segundo o Autor, mediante a transição de uma economia centralizada para uma “economia de mercado, aberta e livre”.¹⁶

Quanto aos judeus no mundo, Yinon encarece a urgência de suas comunidades somarem forças com o estado de Israel face aos interesses do Ocidente, dominado pelos EUA, sendo ambos, segundo ele, incapazes de resistir às pressões da (então) URSS. Para os

¹⁵ Idem, p. 81.

¹⁶ Idem. p. 82.

judeus, Israel será o seu marco nacional e a única chance possível de sobrevivência, imbatível, portanto, seja pela força, seja pela astúcia (“método de Sadat”).¹⁷

Mais do que avaliar a cientificidade dos pressupostos doutrinários do Autor, é no exame crítico e na retrospectiva histórica convergentes para o seu pensamento, que se faz necessária uma análise objetivando entender o que, na realidade, se constitui em importantes vertentes que expressam hoje, a(s) estratégia(s) de Israel face ao mundo árabe. (Alternam-se, entre os trabalhistas e a direita nacionalista, uma vez instalados no poder, distintos modos de implementação do processo expansionista, tanto marcados pela manutenção de áreas militarmente conquistadas, quanto pela preservação tática das dimensões territoriais próximas daquelas estabelecidas com a criação do estado hebreu em 1947-49).

Assim, remontando ao passado recente (1919), as memórias escritas por David Ben-Gurion, (antigo líder sionista-socialista e primeiro estadista israelense) registram a importância da

“margem meridional do rio Litani, das fontes do Jordão e da região do Hauran desde El-Auja até Damasco... para a Alta-Galiléia e... e para Todo o País. Os rios mais importantes de Eretz Yisrael são: o Jordão, o Litani e o Yarmuk. O País necessita dessa água. Ademais, o desenvolvimento da indústria depende do potencial de água para a produção de eletricidade”.¹⁸

Na mesma territorialidade que dimensiona as primeiras perspectivas estratégicas sionistas, Chaim Weizman, fundador e primeiro presidente do estado hebreu, então (1919) representante credenciado pela Organização Sionista na Palestina, invoca, na Conferência de Versalhes, a Declaração Balfour, para enfatizar os recursos hídricos “essenciais” ao “futuro econômico da Palestina, provenientes do “monte Hermon, dos rios Jordão e Litani”.¹⁹

As “estratégias territorial e comunitária” que visam, pelo “Teatro libanês”²⁰ após 1948, obter o equilíbrio de forças no OM até a sua dimensão mundial, são

¹⁷ Idem. p. 83.

¹⁸ BEN-GURION, David. Zikronot (do hebraico, Memórias) vol. II, p. 164, ed. Am Oved, Tel-Aviv, 1973, in: COHEN, Saul. Israel's Defensible Borders: a geopolitical map. P. 70-71, Jaffa Center for strategic studies, paper n.º 20, Tel-Aviv University, July, 1983. (traduzida a citação do inglês).

¹⁹ TUENI, Ghassan. *Une Guerre Pour Les Autres*, p. 156, ed, Jean-Caude Lattès, France, 1985.

²⁰ Idem. p. 155.

mencionadas por Ghassan Tueni, político e redator–chefe do prestigioso diário libanês *An-Nahar*; as memórias de Eliahu Sasson, antigo ministro israelense de polícia, confirmando projetos dos líderes sionistas que visavam estabelecer relações com as “sociedades secretas árabes”²¹ em Paris, antes da primeira grande guerra, em oposição ao império otomano, compõem, também, os registros desse conhecido jornalista e escritor libanês.

Já no contexto do estado hebreu criado em 1948, o “Diário de Moshé Sharett”, fonte primária de primeira grandeza, revela a intenção de Pinhas Lavon, antigo ministro da defesa israelense, no sentido de aproveitar o eventual malogro da revolta contra o presidente Adib Chichakli em 1954, para ocupar a fronteira Síria.

Sharett, primeiro chanceler israelense e segundo chefe de governo, criticava, com sua reconhecida argúcia política, o “ativismo visionário”²² e agressivo de Ben-Gurion, expresso em outubro de 1956 na campanha de Suez, desfechada por Israel, França e Inglaterra, objetivando neutralizar os efeitos da nacionalização do Canal, decretada pelo dirigente egípcio Gamal Abdel Nasser, no contexto pan-arabista e neutralista da guerra-fria, e de emergência dos estados do Terceiro Mundo.

Após a vitória militar contra o Egito, e pressionado pelas grandes potências (EUA e URSS), Ben-Gurion justificou, no entanto, a evacuação do Sinai, invocando em seu favor, o demérito da estatura política do líder egípcio, então rebaixada pela ofensiva israelense, que, em sua avaliação, frustrou o ímpeto anti-imperialista de unificação do mundo árabe.²³

No contexto local, as preocupações estratégicas dos dirigentes hebreus face ao mundo árabe, se imbricam na questão da expulsão dos refugiados palestinos em 1947-49, e são por ela impulsionadas, notadamente na campanha de Suez, desfechada no intuito oficial de debelar pela raiz os atentados dos grupos “fedyins”, apoiados, segundo Israel, pelo líder egípcio.

Mas o intento desestabilizador do Líbano na mesma década de 50, se expressa nas declarações de Moshé Dayan, então chefe do estado-maior das forças armadas de Israel, quando propunha buscar “um oficial e comprá-lo para se declarar o salvador do povo

²¹ Idem. p. 157.

²² SHARETT, Yaacov. *Controverse Historique dans le Journal de Moshé Sharett*. In: *Le Monde Diplomatique*, p. 16, Paris, Décembre, 1983.

²³ TUENI, Ghassan. Idem. p. 157.

maronita... o exército entraria no Líbano e estabeleceria um regime aliado de Israel, e tudo o mais andaria sobre os trilhos”. Para Ben-Gurion, “provocar a criação de um estado cristão é uma das tarefas essenciais de nossa política externa... é investir meios... (e) tempo... de modo a empreender uma mudança fundamental no Líbano.”²⁴

Por um lado, as declarações de Dayan e Ben-Gurion, aparentemente intuem a invasão (do sul) do Líbano (já em guerra civil) ocorrida duas décadas mais tarde (1978), quando aí se consolida a implantação de segmentos confessionais libaneses, financeira e militarmente apoiados por Israel (Exército do Sul do Líbano); por outro lado, a retirada israelense do Sinai em 1957, pressagia o processo expansionista da guerra de 67, que serve de marco para a invasão referida nas linhas acima (Líbano, 1978).

Outra evacuação tem lugar quando o Egito e a Síria, conjuntamente, contra-atacam o estado hebreu para mais tarde firmar – apenas o Egito em 1978 – os acordos de Camp-David, que resultaram na retirada israelense do Sinai (1982). O que significou o histórico isolamento diplomático do Egito face ao mundo árabe; bem como a marginalização política da OLP face às reivindicações dos refugiados palestinos e à criação de seu estado.

Territorialidade e confessionalidade são, até aqui, constatadas como fatores relevantes e presentes aos múltiplos aspectos do contencioso árabe-israelense. Entretanto, ao ressaltarmos a historicidade inerente às declarações, atos e fatos até aqui relatados, devemos entrever os obstáculos interpostos pelas tendências historiográficas legitimadoras do consenso nacional e hegemônico de ambos os lados do conflito, no intuito de criticamente darmos conta dos enfoques identitários das formações minoritárias vis-à-vis os nacionalismos de estado com os quais essas formações interagem, com ou sem a presumida perspectiva estratégica de Israel. (A priorização da literatura israelense disponível é, por si só, evidente, neste sentido.)

Não obstante o valor da documentação oferecida a partir das fontes primárias israelenses mais representativas, há que exercitar o distanciamento crítico face às proposições de natureza estratégica até aqui mencionadas. Se, por um lado, sob o impacto das formulações teóricas e dos fatos político-estratégicos, seria precipitado atribuir ao sistema de poder israelense a capacidade de exercer “o papel-chave na condução do

²⁴ TUENI, Ghassan. Idem. p. 157.

conflito”, assim como na determinação de seus rumos, “por outro lado, seria impossível ignorá-lo”²⁵, conforme nos adverte Samir Kassir, jornalista, escritor e especialista libanês em conflitos do OP, corroborando, paralelamente, as ponderações acima sugeridas.

Tal prudência robustece a postura de isenção necessária à compreensão dos alcances e limites das proposições oficiosas (ou oficiais), subjacentes ao percurso histórico do projeto sionista na Palestina; projeto de onde emergem exemplos como o expresso no pensamento de Oded Yinon.

A historiografia israelense sobre o conflito árabe-judeu dos últimos vinte anos registra com maior ênfase a tensão recrudescida dos nacionalismos contendores à medida em que, ressalvado o modo de tratamento da questão por parte de seus atores, ela não elude da realidade palestina as turbulências e traumas que culminaram na expulsão e êxodo de seu povo em 1947-49.

Por outro lado, a diáspora palestina no rumo do OM e do mundo, amplificou a já tensa área de atuação do estado hebreu sobre o subconjunto geopolítico do OP e do OM; direta ou involuntariamente, o Êxodo palestino concorreu para antagonizar, ainda mais, o envolvimento das sociedades civís e dos estados árabes com os efeitos de sua presença, e os da estratégia da geopolítica de Israel, expressos (tais efeitos) na ocupação do deserto de Sinai, do canal de Suez e da faixa de Gaza, da Cisjordânia e de Jerusalém oriental, das colinas do Golã (Síria) e do sul do Líbano (1978), até a invasão do País do Cedro em junho de 1982.

Assim, as complexidades acumuladas remetem-nos à indagação quanto à produção bibliográfica que de todos os aspectos possa dar conta, em visão abrangente e ao mesmo tempo objetiva, do multifacetado litígio. Para a tematização em curso, o tratamento dispensado ao estudo proposto apresenta dois níveis de problemas (I) O da objetividade das fontes bibliográficas veiculadoras da posição israelense. Aí, a análise dos discursos ideológicos, confrontada com a de sua práxis, contribuirá para reabilitar a veracidade e o avanço na produção do conhecimento pretendido; (II) O da abrangência pluridisciplinar da trama do contencioso árabe-israelense, onde o núcleo da questão estratégica, ou está difuso, ou isolado das demais contribuições disciplinares, não raro compartimentalizadas. A

²⁵ KASSIR, Samir. *Une Aussi Bonne Frontière*. In: *Le Monde Diplomatique*. P. 23. Paris, 1996.

História, neste caso, norteará a busca de sentido para a temática, globalizando a sua apreensão.

Assim, entendemos ser também a questão confessional – teoria e práxis – a quintessência das contradições sociais no OP, suposta, por isso mesmo, a ser re-estudada. Suas percepções, antigas e recentes, se superpõem aos níveis de formações civilizatórias, nacionais e de classe, constantes das relações Israel-mundo árabe, com sua historicidade transmitida ou omitida conforme os interesses seculares do colonialismo e das forças políticas regionais convergentes sobre a periodização já assinalada. Sua discussão está suposta a evidenciar, portanto, a partir da centralidade do protagonista hebreu, a lacuna decorrente da insuficiência com que o tema é tratado na literatura disponível, até aqui consultada. Sua abordagem projetará – adiante, temos elementos para supor – os conhecimentos insuficientes acerca das contradições intrínsecas ao interior de cada formação social. Por tais razões, o fluxo e o refluxo expansionistas de 1967 a 1982 configuram a parte da história que buscaremos aprofundar.

IV - A Guerra de Junho de 1967

No contexto da formação social israelense da década seguinte à guerra de Suez, crise econômica e agitação social, cessação das indenizações alemãs aos sobreviventes do Holocausto, diminuição de coletas feitas junto às comunidades judias no exterior e emigração dos israelenses compelidos pelo desemprego, vêm associados, no âmbito das relações de Israel com os estados do OP, aos fatos seguintes.

Intensificação das ações do terror contra Israel, marcando a autonomia palestina a partir do congresso de maio de 1964 face à Liga dos estados Árabes²⁶, radicalização israelense face ao projetado desvio das águas do afluente do Jordão pelos sírios²⁷, incursões aéreas contra a Jordânia (30-4-66), tensão em alta na fronteira com a Síria (abril de 67) em torno das terras desmilitarizadas²⁸ e das ações palestinas²⁹, além da sedição interna no

²⁶ WEINSTOCK, Nathan. *Le Sionisme Contre Israël*, François Maspéro, Cahiers Libres, 146-147-148, Paris. 1969. p. 453.

²⁷ Idem. p. 543.

²⁸ Idem p. 466.

²⁹ Idem p. 470-471.

regime sírio (7-5-67), e de ações terrestres e aéreas israelenses sobre Damasco, assumidas em declarações vaticinando novos choques com a Síria.³⁰

No rastro dessa tensão conducente ao conflito, o apelo do regime sírio ameaçado encontra um Egito economicamente fragilizado pela dívida externa, militarmente desgastado pelo apoio aos republicanos do Yemen; diplomaticamente isolado (sem o apoio de Washington) no intuito de negociar o desbloqueio do Golfo de Akaba, cuja ocupação Israel, então, anuncia como traduzindo uma declaração de guerra (24-5-67); e socialmente presa da exaltação guerreira³¹ pregada nas quatro mil mesquitas e pela mídia do País. Ao derradeiro e malogrado intento de Nasser em negociar com Israel, sucede o acordo militar com a Jordânia, ao qual adere o Iraque em 4-6-67.³²

Mais do que a efêmera imagem da estabilidade rompida (mediante a breve e malograda aliança interárabe), é o estancamento do processo belicoso que conta. Em realidade, com o possível reinício de negociações de paz, dar-se-ia um provável e não desejado retorno (para Israel) dos palestinos do exílio. O interesse de estado israelense entraria em jogo e em choque com tais perspectivas, a julgar pelas declarações oficiais contextualizadas abaixo.

Após a guerra, a euforia nacionalista respalda a declaração de Rabin, no sentido de derrubar os “ardentes revolucionários de Damasco” e de “enterrar o Baath (partido) sírio³³. O Sinai, por sua vez, é ocupado e o Suez bloqueado, as colinas do Golã conquistadas (trunfo para o controle do oleoduto Bahrein-Sidon ligando o golfo pérsico ao sul do Líbano), crescem a hotelaria e o turismo na Cisjordânia, com Jerusalém oriental e a faixa de Gaza formando o “espaço vital” expresso nas declarações de Moshé Dayan, então ministro da guerra, para quem a crise econômica impedia Israel de exportar³⁴. Eis a nova conjuntura geopolítica emergente no OP após a guerra de junho de 67.

A contínua ameaça às capitais árabes, alternada com a glorificação dos antagonismos étnicos e religiosos, e a recusa às antigas, “vagas e ambíguas” fronteiras de 4 de junho, inviabilizaram o acerto da “questão palestina”, transformada mais fortemente em

³⁰ Idem. p. 470.

³¹ Idem. p. 473.

³² Idem. p.476-477.

³³ Ide, p. 491-492.

³⁴ Idem. p. 517.

elemento catalisador do mundo árabe, dividido sempre. Nacionalismos (palestino), questões étnicas (druzos) e confessionalismos (maronitas e outras formações no Líbano mais tarde em guerra) transparecem, enfim, com a irrupção israelense de pós-67 no cenário levantino. Rivais nacional-estatais de ontem (Jordânia) são aliados “no dia seguinte”, na territorialidade redimensionada após a Guerra dos Seis Dias.

V - Jordânia e Israel pós-67: Karame e Setembro Negro

Os bombardeios de Karame, campo de refugiados palestinos, pela aviação israelense (21-03-68), aproximam o hesitante rei Hussein do que foi o primeiro movimento politicamente vitorioso da resistência palestina de após 67, permitindo-lhe compreender de perto as divisões internas da OLP, para posteriormente diminuir o poder de seus rivais nacionalistas.

Objetivando eliminar a conspiração por ele (Hussein) atribuída aos palestinos, o rei desencadeou a repressão do “Setembro Negro” (1970-72), dissolveu-lhe o poderio e provocou mais um êxodo, o terceiro, para o Líbano. O projeto do “Reino Árabe Unido”, proposto em 1972, refuta a idéia de um estado palestino, e não logra, por isso, obter o apoio de seu povo majoritário na Jordânia hachemita. Com a OLP expulsa da região, e com o rei Hussein, ajudado por Israel e militarmente vitorioso, mas internamente contestado, a hegemonia de Israel se consolida inexoravelmente na frente leste.

VI - O Oriente Próximo Pós-67

Na frente norte, o “Setembro Negro” reforçou em seguida os acordos palestino-libaneses celebrados no Cairo, e em vigor desde novembro de 1968, quando então, se fortaleceu a infra-estrutura político-militar da OLP que acolheu os resistentes palestinos, que lograram escapar à repressão jordana.³⁵

Com a participação de comandos israelenses (abril, 1973) na morte de dirigentes moderados da OLP, cresce a tensão palestino-libanesa seguida da repressão anti-palestina, e da intervenção síria no Líbano (de abril de 1975 a outubro de 1976, a assim chamada “guerra dos dois anos”), visando refrear a aliança maronita-israelense capaz de obstar o antigo projeto da “Grande Síria”. Por sua vez, o estabelecimento tácito da “linha

³⁵ BOURGI, Albert et WEISS, Pierre. *Israel et le sud Liban*. In: Liban, Remises en Cause. P. 95, Peuples Méditerranéens n.º 20. Revista Trimestral, juillet-septembre, 1982.

vermelha” ao norte do (histórico) rio Lítani com Israel (ao sul), dividiria o interior do Líbano em guerra civil, ocupado pela dupla rival-hegemônica sírio-israelense.³⁶

A ajuda de conselheiros israelenses à direita libanesa no massacre de Tel-Zaatar (campo de refugiados palestinos) em agosto de 1976, o controle dos palestinos pelos sírios ao norte e sua continuada repressão por Israel ao sul, em 1978, por interposição dos cristãos do Exército do Sul do Líbano (formado em 1976), parecem objetivar a eliminação da resistência palestina, e perenizar os separatismos confessionais aliados ao estado hebreu face aos segmentos do mundo árabe-islâmico, conflitantes entre si.

“Os citados acordos (‘linha vermelha’) de 1976 permitiam à Síria penetrar no Líbano com as suas tropas até a fronteira do rio Lítani, e deixavam tudo o que estava além do rio para os israelenses. Em 1978, eles (os israelenses) vão ocupar esse território. Em seguida, os israelenses vão levar os americanos... a não mais respeitarem as regras estabelecidas pelo acordo da ‘linha vermelha’. Todo o projeto de invasão israelense em 1982 estava destinado a desfazer o acordo e a expulsar do Líbano, não só a OLP, mas também a Síria.”³⁷

O especialista libanês em geopolítica Georges Corm, contextualiza nas linhas acima, a retrospectiva histórica das lutas entre israelenses, palestinos, sírios, maronitas e outros cristãos na frente norte (cada vez mais instável) da estratégia israelense, voltada, de acordo com os fatos até aqui discorridos, para a desestabilização do Oriente árabe.

Na retrospectiva, a atenção deve ser dirigida para 1977, ano de ascensão ao poder de Menahem Begin, dirigente histórico da direita nacionalista e de ideologia liberal, responsável pela visita de Anuar-El-Sadat a Jerusalém, e pela assinatura dos acordos de paz de Camp-David e Washington. Ironia da história, nesse âmbito deu-se a implementação das antigas estratégias trabalhistas, seus tradicionais rivais ideológicos e parceiros políticos no programa de edificação do “Lar Nacional judeu” na Palestina.

Em sua gestão (de Begin), os acordos de paz com o Egito ocasionaram a reaproximação sírio-palestina, expressa em atentados perpetrados contra alvos civís em Israel; e na conseqüente retaliação israelense (“Operação Litani”) desestabilizando ainda

³⁶ BOURGI, Albert et WEISS. Idem. p. 96.

³⁷ CORM, Georges. *L'existence du Liban Dérange les Israéliens*. Entrevista dada em Paris em abril de 1996. In: *Révue d'études Palestiniennes*, Les Editions de Minuit, Paris, 1996.

mais o sul do Líbano, aí alargando a zona-tampão criada em outubro de 1976, no acordo Israel-Síria citado nas linhas acima.

Por outro lado, o agora tríplice intento de Hafez-El-Assad; em romper o isolamento sírio após Camp-David; de cercar a direita de Bechir Gemayel, então militarmente apoiado por Israel; e de prosseguir no empreendimento da “Grande Síria”, atrai a intervenção israelense (21-4-81) em favor dos cristãos em Zahle e na crise dos mísseis daí resultante em maio. Ao que se seguem, o bombardeio, em junho, do reator irakiano em Tamuz e a formal anexação do Golã à Síria em dezembro, com a intensificação das implantações e da repressão na Cisjordânia ocupada, reforçando, assim, a simultaneidade da divisão interna e externa do Líbano e o mundo árabe, respectivamente. E reafirmando, não menos, a força do simbolismo político-religioso representada na anterior decretação de Jerusalém como capital “reunificada” de Israel (dezembro de 1980).

Com menos de meio ano antes da retirada dos colonos de Yamit ao norte do Sinai (janeiro de 1982, evocada ainda no início do trabalho), a frente de luta palestino-israelense viu seu primeiro acordo (24-7-81) de cessar-fogo intermediado pelos EUA. Apesar disso, a trégua nos bombardeios israelenses de Beirute e do sul do Líbano contra a OLP, renunciaria o quadro preparatório e conducente à invasão do Líbano por Israel em 1982.

VII - A Invasão do Líbano em 1982

Invocando o discurso de preservar a existência do povo judeu e o estado de Israel contra um novo holocausto, Begin, reeleito em 1981 (ano do assassinato de Sadat), justificou a “Operação Paz Para a Galiléia”, no que ela objetivava dissuadir e prevenir as ações bélicas dos estados árabes (excetuado o Egito), e das organizações palestinas. Nesse espírito, pontificava sua estratégia de aliança com as minorias cristãs “cercadas de inimigos”.

Por outro lado, as declarações de alguns cidadãos libaneses, dirigidas a Begin logo na primeira semana de guerra, contestam o seu discurso estratégico dizendo que “a capacidade de Israel influir no estabelecimento de um governo forte no Líbano é uma ilusão... o principal interesse do Líbano está em estabelecer e manter relações com os estados árabes... os libaneses... enviam para seus lares 250 milhões de dólares e ninguém abandonará essa fonte de renda para concluir uma paz com Israel”, e concluem afirmando

que os libaneses podem “continuar a viver com a situação anterior à “Operação Paz para a Galiléia”.³⁸

O rastro de destruição deixado pela invasão israelense do Líbano em guerra civil contextualiza, a par das reações imediatas dos cidadãos israelenses, o antagonismo entre as formulações iniciais de Oded Yinon e as declarações dos cidadãos libaneses, supramencionadas.

Da análise pretendida nesta proposta de reflexão, a formação social israelense não estaria excluída de um estudo em profundidade acerca das contradições inerentes a suas estratificações sociais e étnicas, muito embora não seja essa a priorização atribuída aos objetivos propostos. Sua inserção, no entanto, merece destaque no quadro da balkanização, hoje “libanizada”, do Oriente Próximo em guerra.

Há que referenciar, ainda para os fins deste trabalho, a atuação estratégica norte-americana na Região que, contrariamente à estratégia israelense, dá relevância ao equilíbrio inter-confessional, à medida em que este lhe assegure a estabilidade em sua dominação econômica e militar sobre o conjunto da Área.³⁹

Para a periodização assinalada, a ressalva deste ponto implica a reapreciação dos termos hegemônicos da luta no OP, hoje protagonizada por atores cuja força ainda desconhecida não deve ser, por isso mesmo, subestimada no cenário da geopolítica mundial contemporânea.

VIII - Algumas Considerações Relevantes

Ao empreender o estudo ulterior das doutrinas estratégicas e os modos de sua implementação por Israel, no contexto do OP, há de se atribuir às formações sociais mais antigas – e menos conhecidas – da Região, um intento inicial de contextualização de sua história social.

Ao se destacarem os alcances e os limites, conceituais e da práxis, da hegemonia do estado hebreu, presumida ou não, sobre as referidas formações (nacionais, étnicas e confessionais), que impulsionam, elas também, a história e a política, que criam as suas estratégias e fazem a guerra e a paz na Área, reabilita-se com tal empenho, a sua objetivada compreensão enquanto sujeito atuante no processo litigioso, compreensão acerca

³⁸ SHIFFER, Shimon. *Opération Boule de Neige*. P. 284-285. Edition Jean-Claude Lattés, France, 1984.

³⁹ SANBAR, Elias. *Stratégies*. In: Liban: Remises en Cause. p. 11.

do seus estágios históricos de desenvolvimento sociopolítico, econômico, cultural e estratégico-militar.

Elas antes emergem a partir dos estereótipos elaborados pelos formuladores de política (chefes de governo, membros de estado-maior das forças armadas), e os formadores de opinião, passando, então, a integrar, num processo dialético mais complexificado e rico, o universo de análise (concretamente pensada) de nossa contemporaneidade.

Rompe-se, então e aos poucos, com as amarras do preconceito multissecular que até o presente lhes atribuiu foros de entidade vagamente referenciada no tempo histórico, e supostamente mal discernida no espaço geopolítico; espaço cobiçado pelo Ocidente “iluminado” de ontem, “pós-moderno” dos dias atuais.

Em tal perspectiva, a relevância dos estudos que priorizam a natureza militar das sociedades civís, e os seus modos de inserção na – e de exclusão da – Contemporaneidade, justificam a incorporação das disciplinas estratégicas ao enfoque do conflito árabe-israelense, em sua dimensão historicizada. Formações sociais não-coetâneas, pré-capitalistas e capitalistas, constituem, em processos conflituosos, o objeto de reflexão à medida em que a persecução da paz implica a confrontação dos interesses definidores de projeto de estado e sociedade a serem edificados, ou não, no futuro mediato.

O avanço na produção do conhecimento justifica, neste sentido, o intento de darmos conta, para a comunidade acadêmica, para as partes envolvidas e para a opinião pública, das interações entre as infraestruturas das relações sociais, nacionais e étnicas e de suas expressões políticas, ideológicas e doutrinárias, consubstanciadas no confronto secular inacabado entre o protagonistas até aqui referenciados.

Assim, a necessária incorporação da contribuição demográfica à pluridisciplinariedade convergente para a história social, mais que quantifica – em realidade qualifica – junto às demais disciplinas, a importância de se reconstituir o complexo quadro da guerra que, ao fragmentá-las, nos restitui, atualizado, o mosaico das nacionalidades, etnias, confissões, classes sociais e movimentos políticos presentes ao palco de lutas do OP.

Não se trata, portanto, de darmos periodização academicamente correta – porque devidamente justificada – ao tema apresentado. Sua centralidade, a ser criticamente mensurada, está suposta a reverter – e é essa a intenção – as prioridades de nossa compreensão da história contemporânea; prioridades que hegemonomizam o Ocidente como o

ponto gerador dos processos conflituosos regionais mais complexos da atualidade. Ao se desvendar, pelo viés das doutrinas estratégicas israelenses, os papéis desempenhados por suas forças sociais, políticas, ideológicas e estratégico-militares, o OP passará a se constituir em renovado objeto de reflexão, suscetível de questionar tal tendência ainda prevalecente da compreensão acerca de nossa contemporaneidade. Sua relevância enquanto palco da história social do tempo presente terá, por si só, justificado a contribuição do presente trabalho.

IX – A Título de Reflexão Teórica

Na abordagem teórica do tema proposto, serão apreciados alguns antecedentes históricos às distintas práticas e métodos que contribuíram para dimensionar a já reconhecida complexidade do Contencioso médio-oriental, e nele, mais tarde, o conflito árabe-israelense.

No âmbito da penetração européia (séculos XVIII e XIX), os primeiros estudiosos (orientalistas) formados na herança dominadora das escolas do Ocidente, contribuem para dar “às suas pesquisas uma significação e um conformismo de época”⁴⁰, assim confirmando a imagem “primitiva” do Oriente, que não obstante os fascinava.

Alternavam-se, nos eruditos estudiosos europeus, o rigor de um conhecimento disciplinado nos arquivos, bibliotecas e museus, com o preconceito face aos “autóctones”, cuja imagem “tribalizada” legitimava a presumida superioridade de um Ocidente “ilustrado”.

Com a impulsão dos movimentos de independência contemporâneos na Região, alguns orientalistas usufruem da neutralidade científica aparente, para cooperar com os serviços de informações de seus países de origem, dificultando aos demais especialistas o acesso reservado às áreas mantidas sob seu controle. Até então, é problemático para os sociólogos, geógrafos e historiadores obter o acesso ao conhecimento complexo e novo acerca do OM.

A ruptura com o quadro acima se dá no após-primeira grande guerra, com nova onda de estudiosos trazendo para os centros ocidentais, uma produção acadêmica mais independente, interdisciplinar e politicamente engajada nos conflitos entre as

⁴⁰ MARTHELOT, Pierre. *Proche-Orient: Determinismes Entrecroisés et Diversité des Approches*, p. 296-297. In: Hérodote Reuve de Géographie et de Géopolitique. Géopolitiques au Proche-Orient. 2e et 3e trimestres, n.º 29-30, La Découverte/Maspéro, Paris, 1983.

nacionalidades e os regimes mandatários, aliados conjunturais nos embates contra o antigo império turco-otomano. O conflito árabe judeu, nesse contexto, está incluído.

Categorias diversas constituem o objeto de inserção de antigos e novos enfoques na problemática litigiosa da Região, em vista da necessidade de se adotar os procedimentos metodológicos face a situações sabidamente complexas. Vidal de La Blache (1845-1918), pai da Escola Geográfica Francesa, teve o mérito histórico de impugnar a validade teórica do “determinismo geográfico”, ao enfatizar em seu “possibilismo”, a capacidade humana de construir uma paisagem regional com suas cidades e indústrias a partir de sua ação na história.⁴¹

Entretanto, “tal método, ao associar a geografia física com a geografia humana, é um dos principais obstáculos que impedem de se colocar os problemas da espacialidade diferencial, uma vez que admite uma só forma de se repartir o espaço”, e de pensá-lo, como se as dinâmicas de sua “censurização”, pelo homem, não comportassem processos contraditórios, inerentes a sua construção.

A aplicação do “possibilismo geográfico” ao contexto do conflito árabe-israelense padeceria, em virtude de tais limitações, de dificuldades em absorver as variáveis inúmeras presentes ao confronto entre as partes sobre o terreno da ação, na guerra e na trégua. E a noção de gênero de vida, defendida após Vidal de La Blache, ao não traduzir, além do mais, a heterogeneidade dos modos de adaptação das sociedades ao meio natural, não cobre as áreas desérticas que cercam o OP e os países do Maghreb (África do Norte).

Ao complexificar, em seu tempo, o mundo rural para além dos limites do nomadismo, ligando-o parcialmente ao âmbito urbano, Ibn Khaldun, cujas concepções de história econômica e social o aproximam das concepções européias desenvolvidas no século XIX, não anteviu as recentes evoluções transtornando a sua paisagem genialmente classificada há cerca de seis séculos.

Ainda hoje, a competente aplicação do conceito europeu de “modo de produção” desafia o pesquisador a conhecer o OP em primeira mão, se, ao invés de modelos, processos históricos de estratificações sociais geográfica e historicamente diferenciadas não forem escrupulosamente (e em primeira mão) analisados. Karl Marx, ao estudar o “modo de produção asiático” admitiu a dificuldade de dar conta de realidades

⁴¹ LACOSTE, Yves. *La Géographie, Ça Sert d'Abord à Faire la Guerre*, p. 52-53. FRANÇOIS MASPERO. Paris. 1976.

distintas às realidades européias do século XIX. Por outro lado, aplicável ao Egito irrigável em sua parte vital, o conceito de “sociedade hidráulica” não era, no entanto, extensivo aos países secos, ou ao Iraque (Mesopotâmia) submerso no nomadismo desértico.⁴² Projetada sobre a atualidade, sua contextualização passa a requerer o aporte dos estudos das condições hidro-geo-políticas do contencioso regional. No caso árabe-israelense, este é um ponto de partida conducente à retomada do “modo de produção”, conceito e práxis referenciais do tratamento teórico da acelerada história social do OP.

Quanto ao plano da disciplinariedade, o enfoque econômico, por si só, não nos dá conta, tampouco, da interveniência do político nele contido. Mesmo com a pluridisciplinariedade requerendo a captação do concreto, de que dependem, a observação localizada e a fiabilidade dos dados estatísticos, impor-se-á a História – metodologicamente priorizada nas linhas abaixo – revitalizando a articulação convergente sobre a periodização dada, dos fatores externos regionais (OM) e locais (OP); a História é a viga-mestra disciplinar que permeia, neste caso, os marcos do conhecimento até aqui referenciados.

O que requer o diálogo de onde se nutrirão, a retomada e a confirmação pretendidas in loco, das proposições de trabalho; o que implica na provável incorporação de uma proposição teórica atinente às realidades regionais vividas e pensadas.

“Duas poderosas correntes perpassam a historiografia contemporânea. A primeira – o marxismo – se apresenta como uma teoria geral do movimento das sociedades das quais ele pretende dar conta, pelo emprego de um certo número de conceitos de base global, coerente e dinâmica, dos processos sociais. O segundo é qualificado pelos que se reivindicam da “*histoire nouvelle*”. Arrasando com sarcasmos a velha história, empírica e positivista – de Seignobos – os novos historiadores preconizam uma renovação de métodos históricos que darão a essa disciplina um estatuto científico... e permitirá, enfim, de “fazer a história”. Ressalte-se, antes de prosseguirmos, que a história positivista até aqui não mencionada, injustifica uma opção metodológica em sua acepção mais ampla, por não dar conta de processos mais profundos, muito embora seja apreciada a precisão dos fatos, datas e números na dialetização dos ditos processos a serem pesquisados. A “factualização” extensiva aos dados do conflito árabe- israelense, assume, portanto, outra dimensão. Ela

⁴² MARTHELOT, Pierre. Idem. p. 299.

não deixa de representar um salto qualitativo, à medida em que incorpora os aspectos legados pelo positivismo ao quadro complexo da análise dos conflitos contemporâneos.

“Naturalmente, essas duas correntes não podem se ignorar. Nutrindo-se, uma e outra, pela mesma rejeição de uma prática histórica defasada, elas se ombreiam, e misturam, às vezes, as suas águas, indistintamente, mas também rivalizam em ardor e desconfiança recíproca. Sua confluência, ainda que parcial, confusa e tumultuosa será, talvez, o grande acontecimento historiográfico desse final de século; ela já é um fenômeno fascinante só pela articulação de relações de alianças e de conflitos que traz em sí. Pode-se também afirmar que, a curto prazo, do materialismo histórico dependerão, em larga medida, o resultado de sua confrontação com a ‘histoire nouvelle’. Seus conceitos são postos à prova dessa renovação metodológica. Nos últimos vinte anos, a visão dos modos de produção pré-capitalistas modificou-se profundamente. O que justifica um exame atento da confluência entre o marxismo e a ‘nova história’”⁴³.

Não se trata, neste caso, de encontrarmos pontos de confluência *strito-sensu* entre a concepção marxista e a “nova história”, mas sim de aduzirmos ao campo do materialismo histórico, a contribuição dinamizadora das aquisições relativas aos métodos de análises privilegiadores das mentalidades, e suscetíveis de enriquecer o conhecimento das superestruturas ideológicas; das aquisições relativas aos estudos das estruturas que valorizam o *événémentiel*; relativas aos processos quantitativos, há muito incorporados à tradição do estudo do capitalismo. O mesmo capitalismo será “revisitado”, e agora “requisitado” na conjuntura médio-oriental da qual ele próprio culturalmente emergiu, mantendo intactas não obstante, algumas velhas formações sociais, em realidade na forma, mais do que na essência, hoje.

Para a conjuntura atual, os vínculos da história com a politologia e com a geografia inscrevem no espaço, as forças produtivas e as relações sociais presentes aos diversos estágios e embates políticos-militares, que passam por sua vez a dimensionar a estratégia e os confrontos da Região. Tal dimensão (estratégica) foi ressaltada com a “segunda guerra mundial, quando as operações militares eram concebidas em escala

⁴³ BOIS, Guy. *Marxisme et Histoire Nouvelle*. In: La Nouvelle Histoire, sous la direction de Jacques LE GOFF, Roger CHARTIER, Jacques REVEL. p. 375-376. CERL, Paris. 1978.

continental... Hoje os conflitos regionais e locais... são apenas mais graves, uma vez que podem se articular com a correlação de forças na escala planetária.”⁴⁴

Caracteriza-se aí, portanto, a estratégia em sua dimensão militar e geopolítica criticamente explicitada Yves Lacoste, no quadro definido pela “aceleração histórica”. Sua contribuição transcende a época de elaboração do texto, ao fundamentar, abrindo espaço para ulteriores estudos, a dialética complexificada (hoje “globalizada”) das dinâmicas de luta entre adversários díspares quanto ao seu estágio histórico de desenvolvimento social, político e militar: aí se inserem Israel, o mundo árabe e, nele, o movimento palestino.

Seguindo distinta concepção filosófico-política, Y. Harkabi, orientalista e ex-chefe dos serviços de inteligência militar israelense, enfatiza a possível superação política dos impasses entre os campos adversários, objetivando a sobrevivência do estado hebreu no mundo árabe. Harkabi aplica para o contexto do OP, a então nova doutrina estratégica da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) de 1984, que prioriza as soluções negociadas em nível preventivo a partir dos altos escalões de governos, responsáveis primeiros e últimos pelo desencadeamento dos confrontos entre os blocos em escala planetária, a partir da Europa na fase da guerra fria.⁴⁵ Para esse estudioso da Estratégia, a consecução da paz no OM avaliza, enquanto objetivo maior, os estudos estratégicos no esforço metodológico e pluridisciplinar capaz de obstar, na sociedade israelense, a trajetória conducente ao que ele qualifica de “seu suicídio nacional”. Ele corrobora, assim, a “aceleração da história” caracterizada em Yves Lacoste.

Envolvendo conjuntamente as formações sociais distintamente estratificadas, o enfoque sociológico por sua vez aponta para “o plano das mutações sociológicas profundas... por que em sua função poderá ou não se resolver o problema do OP”.⁴⁶

Associada à sociologia, a contribuição etnológica está suposta a reverter a compreensão da tradicional, “ilustrada” e “civilizadora” percepção europeia acerca das formações sociais da Região, tributárias elas também do legado balkanizador europeu oriental do século XIX. “A balkanização representa um processo emergente de mini-

⁴⁴ LACOSTE, Yves. *La Géographie, Ça Sert d'Abord à Faire la Guerre*, p. 175-176. Petite Collection Maspero, 165, FRANÇOIS MASPERO., Paris, 1976.

⁴⁵ HARKABI, Yehoshafat. Hakhra'ot Goraliot. (do hebraico, “Decisões Fatais”) p. 169. Am Oved Publishers Ltd., Tel-Aviv, 1986.

⁴⁶ CHARNAY, Jean-Paul. *Perpectives Regionalés*. (Mesa-redonda com G. Chaliand, J. P. Charnay, Y. Lacoste, M. Merian, Ph. Rondot) In.: *Le Proche Orient, dans la Guerre*. Esprit, p. 229-230. N.º 77-78, mai-jun. Paris., 1983.

estados construídos sobre as especificidades étnicas locais; a libanização concerne a um processo similar, mas que se articula com as particularidades de natureza religiosa, e não somente étnicas”.⁴⁷ E é no Líbano que se concentra, efetivamente, também, o objeto da reflexão apresentada.

Quanto à demografia, ou seja, ao estudo dos deslocamentos dos grupos humanos através dos espaços geopolíticos dados; de sua importância quantitativa no quadro sociopolítico e cultural do OP; de seu crescimento ou diminuição e da densidade resultante do grau de inserção (desses grupos) nas estratégias e conflitos; do seu grau de determinância sobre a preservação e/ou mudança do status quo na periodização dada; e da inclusão ou exclusão, no mesmo contexto, das ondas migratórias internas ou internacionais, ela em parte finaliza os modos de abordagem da temática em curso; e o faz à medida em que, ao quantificar, qualifica a atuação humana, objeto e sujeito da história a ser estudada.

Não há que omitir, ademais, a utilização dos mapas, neles localizando a abordagem referenciadora das formações sócio-confessionais no pensamento e na práxis doutrinária já referidos das estratégias de Israel; e neles fundamentando a função dos estudos geográficos.

O espaço do OP é ocupado pelo Egito, a Jordânia, a Síria e o Líbano. Seu marco geohistórico referencial, anterior e posterior à primeira grande guerra, situa a “Nahda” (renascimento cultural) priorizando o nacionalismo árabe no âmbito do império otomano, e a “Nakba” (catástrofe) da expulsão palestina, por duas vezes, referenciando (1947 e 1967) os movimentos nacionais e mais tarde (até o momento presente), a ascensão dos fundamentalismos religiosos na escala regional como um todo. O recurso aos mapas será destinado para os fins da inserção desses momentos históricos e movimentos sócio-culturais (na e) para além da periodização já delimitada. O recurso cartográfico será tão necessário quanto a contribuição esperada dos sociólogos (etnólogos) e historiadores (no contexto do Conflito).

Dois paradoxos pontuam, no mesmo contexto da história recente, a tematização abordada: (I) a hegemonia norte-americana na Região arma a potência israelense, ao mesmo tempo em que não controla as dinâmicas de sua estratégia geopolítica; (II) no

⁴⁷ CORM, Georges. *L'Europe et L'Orient. Histoire d'Une Modernité Inaccomplie*. p. 127. Editions la Découverte. Paris. 1991.

contexto do OP, dá-se a extrema tensão entre os povos inimigos nas ações político-militares face à exigüidade de seu espaço geográfico (e nele a Palestina árabe-judia) pobre de recursos.

Para uma apreciação localizada a partir de tais paradoxos, bem como dos limites e abrangência da estratégia geopolítica israelense ante as demais formações sócio-confessionais do OP, as caracterizações abaixo tem por objetivo ilustrar o suposto estigma histórico do nacionalismo em guerra, permeado pela carga identitária das etnias e confissões religiosas. E visa recolocar a questão da consistência do discurso legitimador dos contendores, intrínseco, ou não, a cada ato político, a cada ação militar, a cada tática de luta, a cada objetivo estratégico, em dada conjuntura geopolítica, na contemporaneidade do conflito árabe-hebreu e na sua historicidade.

Trata-se, portanto e também, do teatro libanês em cenário de guerra. A concretude dos dados abaixo solicita a abordagem (plurifocalizada):

“Nem todos os cristãos maronitas apoiam as forças militares da família Gemayel, enquanto os cristãos do norte dependem do ‘clan’ Frangie... aliado dos sírios e grande adversário da família Gemayel. O grupo ‘Amal’ apoiou os palestinos mas depois, recusando-se a se deixar manipular, combateu-os duramente. Sabe-se que esses últimos (os palestinos), que não são somente sunitas, mas também cristãos, dão suporte a organizações mais ou menos rivais, etc...”⁴⁸

Quanto aos druzos

“não é inútil sublinhar a seu respeito que, o exército israelense efetuou, em junho de 1982, o essencial de sua investida pelo Chuf, a montanha por eles governada. Estes não oferecem nenhuma resistência. Eles foram, no entanto, o ponto essencial do campo palestino-progressista, cujo chefe e coordenador foi Kamal Jumlat. Mas eram os druzos⁴⁹ que formavam a vanguarda do exército israelense, e afirmavam estar vindo em ajuda dos druzos do Líbano e vingar a morte de Kamal Jumlat, assassinado, segundo se dizia, pelos sírios, há cinco anos atrás”.⁵⁰

⁴⁸ LACOSTE, Yves. *Le Droit des Peuples Dans les Situations Géopolitiques Très Compliquées*. In: Hérodote. Idem. p. 12.

⁴⁹ Há cerca de 50000 druzos em Israel. Desde 1955, eles servem o exército israelense, solicitados por seus chefes druzos; em contrapartida, os árabes que vivem em Israel não prestam o serviço militar (nota do Autor) Idem. p. 13.

⁵⁰ Idem. p. 13.

Tais são os fatos, no campo da luta militar, a consumir (ou não) os objetivos explicitados no pensamento estratégico israelense vis-à-vis os segmentos étnicos (druzos) e confessionais (cristãos maronitas e outros dissidentes). De par com a caracterização etno-sociológica de cada segmento, e de seu modo de expressão no plano da conduta estratégica a serem pesquisados, uma outra questão se impõe: a função das táticas israelenses de atuação junto aos movimentos libaneses em luta, traduziria o papel de bloco hegemônico no poder enquanto expressão de classe dominante, que busca no plano das relações externas, ou seja, no interior das formações sociais (do Líbano), a hegemonia que supostamente consolide o seu poder interno?

O trecho abaixo reflete uma parcial e possível resposta e aponta para os caminhos a pesquisar:

“Acaso, na parte do Líbano que ele controla desde o último verão, o exército israelense não assiste, com interesse, à retomada dos conflitos entre minorias? É esse o caso... nos ‘distritos mistos’ do Chuf onde, desde outubro de 1982, druzos e maronitas se opuseram novamente em violentos combates, onde hábeis provocações do ocupante foram suficientes, neste caso, para atear-lhes o ódio”.⁵¹

Por outro lado, um aparato de estado libanês, ao desencadear, por sua fragilidade, a extrema virulência dos atos de guerra entre os segmentos comunitários (falando a mesma língua mas adotando distintas confissões), não deixa, no entanto, de insistir na – e de encarnar a – proposta de unificação nacional impugnadora da presença palestina e do nacionalismo israelense expansionista e desagregador de sua unidade.

Mas o persistente efeito desagregador de sua práxis é poderoso o bastante para explicar a emergência de movimentos reivindicando a sua autodeterminação. Constitui objeto de estudo explicar o estímulo israelense a tais processos (ao nível discursivo e da práxis) ao mesmo tempo em que o estado hebreu recusa o reconhecimento – para a época – dos direitos palestinos. Não é este o menos importante dentre os paradoxos até aqui enumerados.

Na dinâmica do conflito árabe-israelense, as categorias de “socialismo”, “nacionalismo” e “fundamentalismo” tem a sua significância histórica singularizada, tanto pelas díspares vivências em cada campo nacional-estatal, como pela correlação com o

contexto das questões étnicas. Seu tratamento aprofundado visa destacá-las de processos congêneres e correlatos, simultaneamente ocorrentes nas demais áreas do OM.

A abordagem teórica que objetiva avançar no estudo proposto, partindo da realidade dos fatos e da sua expressão nas fontes primárias disponíveis, retomará e desenvolverá o desenvolvimento crítico pautado sobre as contradições sociais, em seus níveis superpostos de expressão, no tempo histórico e no espaço geopolítico.

Para tanto, a prioritária contribuição de autores israelenses, judeus e árabes, se insere na prudência metodológica recomendada no exemplo de Yves Lacoste desde quando esse inovador da escola francesa de geografia e geopolítica redimensionou a geopolítica, revolucionando a disciplina a partir dos estudos geográficos e históricos da contemporaneidade nos últimos 25 anos.

As estratégias e os conflitos protagonizados por Israel constituem, portanto, o objeto central de um saber a construir, enquanto persista no impasse o conflito entre árabes e judeus. Nessa perspectiva, a abordagem teórica da geopolítica, da estratégia e dos estudos politológicos sofrerá o aprofundamento indispensável para a pluridisciplinaridade requerida na pesquisa a empreender.

X - Proposições a Pesquisar

I - O processo de hegemonia do estado hebreu sobre o subconjunto geopolítico do OP se explica, por um lado, pela exploração das contradições entre as formações étnicas e confessionais e seu sistema de poder nacional-estatal - de que os projetos de criação de mini-estados tampões constituem expressão - e, por outro lado, pela política de cerceamento dos direitos do MNP a sua autodeterminação.

II - O agravamento (pós-67) da irresolução do problema palestino, expresso na repressão jordana de 1970-72, implica a utilização, por Israel, das contradições jordano-palestinas para a implantação de sua hegemonia sobre a Área, e em sua consolidação na Cisjordânia: a estabilidade da frente leste enquanto alvo da estratégia israelense, explica a aliança tática de Israel com o regime hachemita.

III - O êxodo palestino para o Líbano, após os massacres do “setembro negro” na Jordânia, serve de instrumento, na estratégia balkanizadora de Israel, para a

⁵¹ Idem. p. 13.

desestabilização do País do Cedro em guerra civil. Nessa perspectiva, a aliança de Israel com a direita cristã constitui o alvo de desestabilização da frente norte pelo estado hebreu.

IV - Não obstante a implantação do “exército do sul do Líbano” ter sido assegurada pela intervenção militar israelense no País em 1978, a contra-ofensiva sírio-egípcia de 1973, os consequentes acordos de paz egípcio-israelenses de 1978-79, e a correlata emergência dos movimentos pela paz em Israel, contextualizam a ruptura de um consenso nacional face à política de segurança e ao processo de balkanização do OP.

V - A tendência de implantação da Síria no norte do Líbano, o incontrolável desdobramento das lutas inter-confessionais durante a guerra civil libanesa, o fortalecimento político da OLP após sua derrota militar por Israel, as pressões dos movimentos de protesto israelenses contra a ocupação e pela evacuação militar do Líbano, simultaneamente, exacerbam e impugnam os pressupostos doutrinários da estratégia de balkanização do OP, por Israel.

VI - “A operação Litani”, retaliação militar desfechada por Israel no sul do Líbano contra o terror palestino em 1978, durante a gestão da direita nacionalista, objetivou: implantar o exército do sul do Líbano na perspectiva estratégica de balkanização do País; neutralizar o avanço político da OLP moderada, externa e internamente (na Cisjordânia ocupada); implementar o “ativismo visionário” dos rivais trabalhistas (dos anos 50), no contexto da orientação liberal do novo bloco hegemônico de classe no poder. No plano tático, a neutralização do Egito por meio dos acordos de paz, implicou a mobilização das forças israelenses no rumo da frente norte.

VII - Em 1982, as consequências internas imediatas das confrontações militares entre os estados do O.P. explicam: quanto mais coesa e coercitiva a mobilização do aparato repressivo de um estado contra os opositores externos, tanto maior a desestabilização repercutida no seio da sua própria sociedade civil. O que explica a transcendência - e transferência - dos efeitos da estratégia geopolítica israelense no OP para o interior da sociedade civil israelense, propriamente dita.

XI – Breves Considerações Finais

Acontecimentos históricos como a primeira Intifada palestina (levante civil desencadeado em dezembro de 1987 contra a ocupação militar israelense da Cisjordânia e faixa de Gaza), a invasão iraquiana do Koweite e o subsequente bombardeio do Iraque

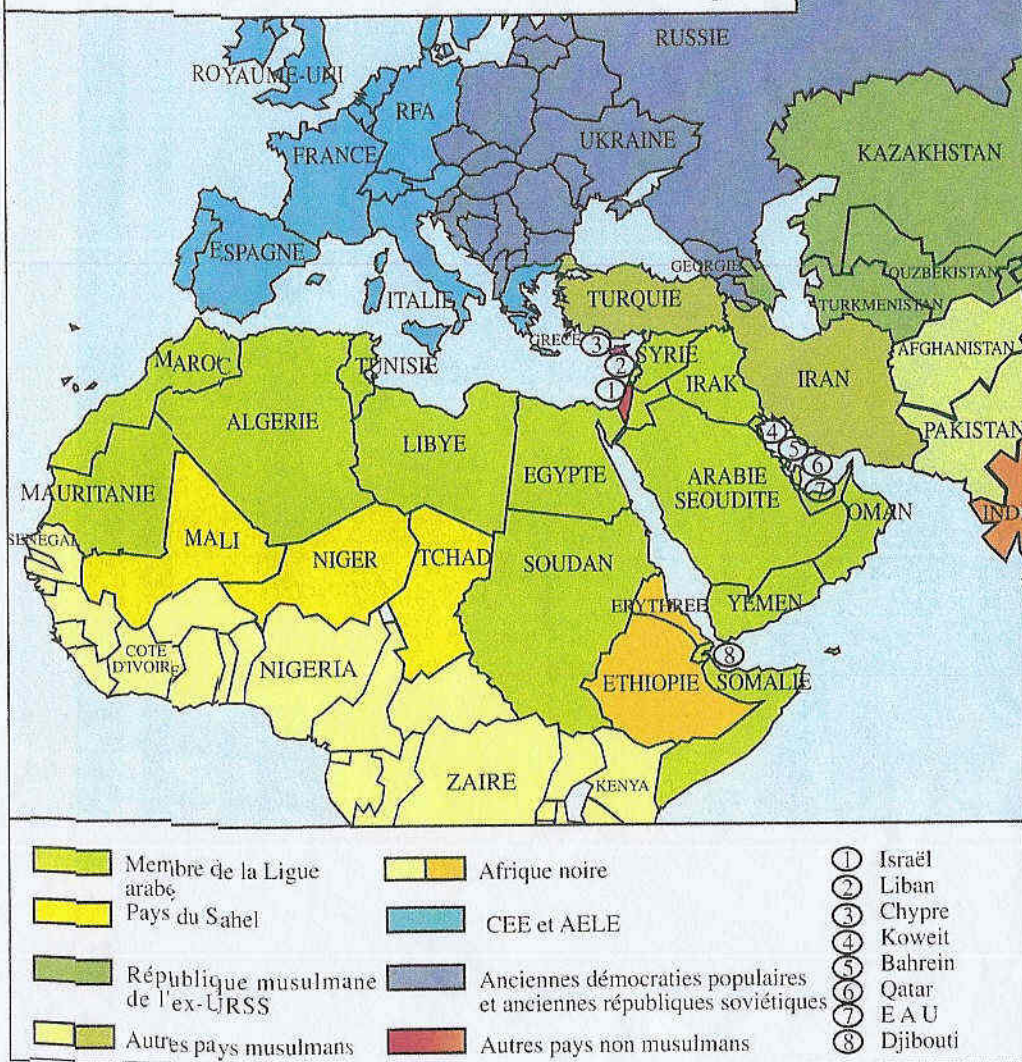
pelas forças aliadas norte-americana e européias (em inícios dos anos 90), os acordos de paz entre palestinos e israelenses celebrados por Rabin e Arafat sob os auspícios da Casa Branca em setembro de 1993, o tratado de paz jordano-israelense de 1994, a Segunda Intifada palestina de setembro de 2000, e os atentados contra o Pentágono e o World Trade Center de 11 de setembro de 2001, que deram origem ao renovado bombardeio ocidental sobre o Afeganistão, remetem-nos, para fins de sua compreensibilidade, ao quadro litigioso e complexo do OM, onde o OP e nele Israel e os estados Árabes, e o MNP, interagem conflitivamente, sobretudo na periodização entre 1967-1982, já explicitada e justificada nas linhas acima do presente trabalho.

Tal é o propósito: o de darmos conta dos atores e vetores históricos e sociopolíticos presentes à conjuntura turbulenta de nossos dias, tomando por base o aporte oferecido por aquela delimitação onde convergem processos de um litígio a essa altura mais que secular entre árabes e judeus em guerra ininterrupta, desde que se iniciou o projeto de colonização sionista na Palestina, entre outras causas.

Há que caracterizar a elucidação dos dramas nacionais, seculares e religiosos, que assolaram o OM desde então, como resultante de processos onde formações sociais como a dos judeus, excluídas alhures na Rússia czarista e na Europa central e oriental do século XIX, tornam-se um elemento propulsor de novos traumas, como os da expulsão e êxodo do povo palestino em 1947-49, período no qual deu-se a criação e reconhecimento do estado de Israel.

Ocupantes e refugiados constituem objeto de uma experiência tão contraditória em seus fatos históricos e efeitos políticos, como mal discernida pela Opinião, dependente sempre da grande mídia. Eis, portanto, um ponto crucial a ser apreendido numa reflexão sistemática que quer resgatar a veracidade dos interesses das grandes potências, face às nacionalidades, etnias e confissões, por elas vitimizadas e envolvidas nos mesmos conflitos.

ENVIRONNEMENT GEOPOLITIQUE



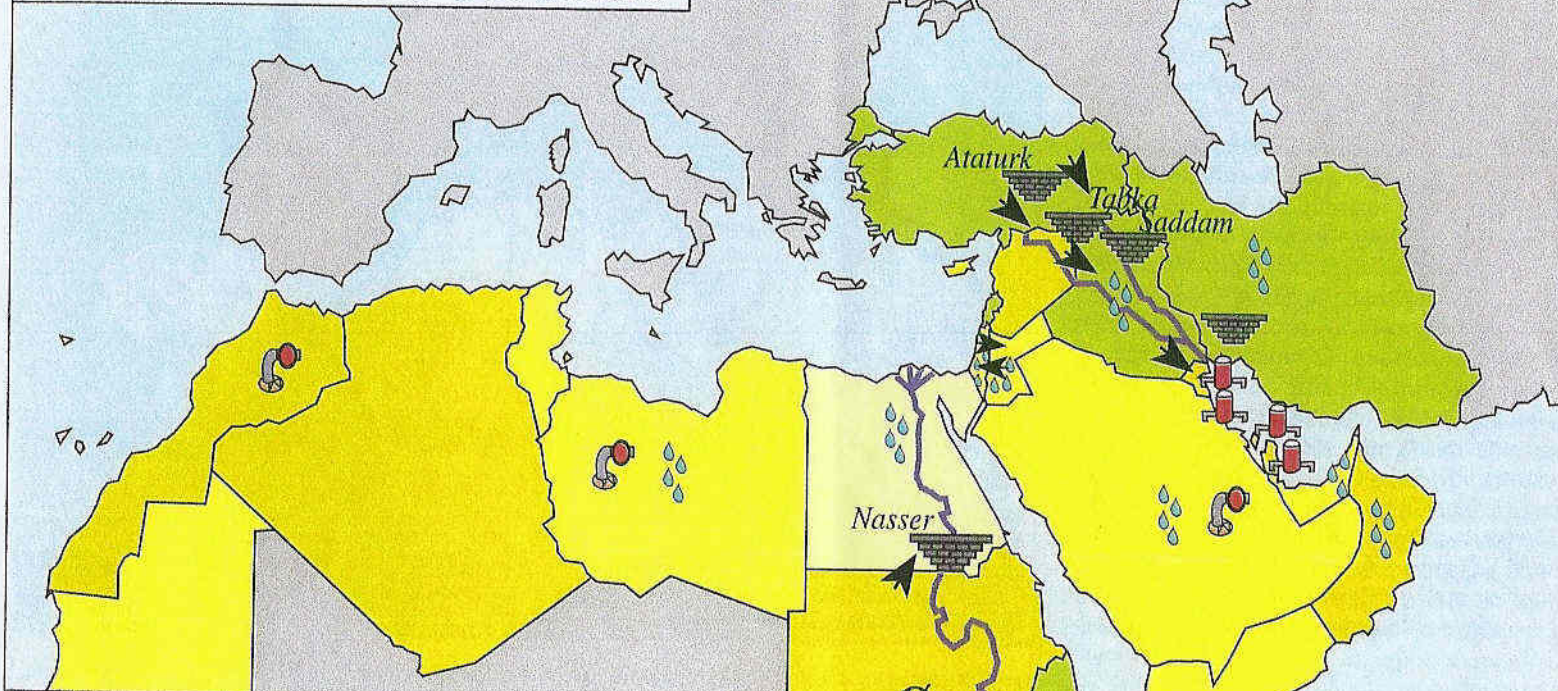
Chypre, arabe en Israël). De fait, l'histoire de ces deux pays et leur stratégie actuelle consistent principalement à consolider leur place au sein d'une région où ils sont perçus comme exogènes.

La région est traversée par un "Arc de Crises" qui délimite les zones d'instabilité et de conflits allant de la corne de l'Afrique, longeant le Nil et le Jourdain, remontant jusqu'au Caucase et redescendant vers le Golfe persique. Ce véritable "croissant de crises" fait du Proche et du Moyen-Orient une région à haut risque pour la paix mondiale.

La capacité des Etats de la région à gérer les crises fréquentes qui les déchirent dépend notamment de la durée de leur propre existence en tant qu'entité politique indépendante. A cet égard, les dénominations dont se sont dotés les différents pays, loin d'être innocentes, reflètent souvent cette volonté de légitimation. Soit ils se réapproprient d'anciens noms hérités d'un passé plus glorieux, soit ils préfèrent conserver les usages modernes, lorsqu'ils ne décident pas de se forger de nouvelles appellations.

Trois périodes correspondent à l'usage des noms de pays dans la région : l'Antiquité, les débuts de l'Islam (VIIe et VIIIe siècles) et les temps modernes (depuis 1850). L'Algérie (XVIIe siècle) et le Koweït (XVIIIe siècle) font exception. Leurs noms se réfèrent en effet à des implantations européennes brèves dans le temps.

L'EAU, ENJEUX ET CONFLITS



Ressources :
 Eau de pluie récupérable
 en litres par personne et par jour

- Moins de 100
- Moins de 1 500
- De 1 500 à 5 000
- Plus de 5 000

Politiques

- Irrigation de plus du tiers des terres arables
- Important programme de désalinisation
- Grand barrage
- Utilisation intensive des ressources fossiles

Dépendance

- Risque de chantage
- Sécheresse périodique

La consommation domestique aux Etats-Unis est de 4 000 litres par personne et par jour; la production d'un kilo de riz requiert 4 500 litres, celle d'un kilo de coton, 10 000 litres.